osso trabalho. As sugestões ou
e espírito e seguramente ajuda-
hora o esforço empregado ao o
imperfeito.

Sumário

Introdução à 1ª edição .................................................. 17
1. A ordem jurídica: os valores, os princípios e as regras ................................................................. 23
   1.1. O ordenamento jurídico e sua estrutura ......................... 23
   1.2. Valores ........................................................................ 24
   1.3. Princípios ................................................................... 26
      1.3.1. Princípios como diretrizes ................................ 27
      1.3.2. Princípios como normas ..................................... 28
      1.3.3. Força dos Princípios ........................................... 30
      1.3.4. Fonte dos Princípios ........................................... 32
   1.4. Regras ........................................................................ 34
   1.5. As tensões entre valores, princípios e regras .................. 34
   1.6. Princípios aplicáveis às penas ..................................... 37
      1.6.1. O princípio da legalidade .................................... 37
      1.6.2. O princípio da igualdade ..................................... 42
         1.6.2.1. Igualdade das pessoas ................................. 42
         1.6.2.2. Igualdade das pessoas perante a lei ................ 44
         1.6.2.3. A igualdade das pessoas na lei ..................... 45
      1.6.3. O princípio de humanidade ................................... 47
      1.6.4. O princípio da personalidade ............................... 49
      1.6.5. O princípio da intervenção mínima do Direito Penal 50
      1.6.6. O princípio da culpabilidade ............................... 53
      1.6.7. O princípio da individualização ......................... 53
      1.6.8. O princípio da proporcionalidade ....................... 54
2. O crime. Perspectivas jusnaturalista e positivista ............................................................. 57
   2.1. Generalidades ......................................................... 57
   2.2. Crime. Conceito metajurídico .................................... 59
   2.3. Crime. Conceito formal .......................................... 62
   2.4. Crime. Esquema de interpretação da norma penal ........ 69
3. Penas: origem e evolução. As penas estatais e seus fins .................................................... 75
   3.1. Generalidades ......................................................... 75
   3.2. A origem e evolução das penas. Síntese ....................... 76
   3.3. As penas estatais. A busca por um sentido .............. 80
4. Teorias da pena. Razões para a punição ................................................................. 87
   4.1. Generalidades ......................................................... 87
   4.2. Teoria da Retribuição (a pena como castigo) ............... 88
   4.3. Teoria da Prevenção (a pena como intimidação e neutralização) ............................................... 93
   4.4. Teoria da Ressocialização (a pena como regeneração) .... 97
   4.5. Teorías Ectéticas (a pena como castigo, intimidação e regeneração) ........................................... 103
   4.6. A posição adotada pelo direito brasileiro ................... 106
5. A pena e seus destinatários

5.1. Generalidades

5.2. A pessoa física como destinatária das penas

5.3. A responsabilidade penal da pessoa jurídica: Polêmica

5.4. As penas no direito brasileiro: evolução histórica e classificação

6.1. Evolução histórica das penas

6.2. A classificação das penas

6.2.1. Penas proibidas

6.2.1.1. A pena de morte

6.2.1.2. Penas de caráter perpétuo

6.2.1.3. Pena de trabalhos forçados

6.2.1.4. Pena de banimento

6.2.1.5. As penas cruéis

6.2.2. Penas permitidas

6.2.2.1. Penas privativas de liberdade: A reclusão, a detenção e a prisão simples

6.2.2.2. Pena de perda de bens

6.2.2.3. Pena de multa

6.2.2.4. Pena de prestação social alternativa

6.2.2.5. Pena de suspensão ou interdição de direitos

7. A individualização das penas. Conceito e métodos

7.1. Individualização da pena. Conceito

7.2. A individualização das penas no Brasil. Síntese evolutiva

7.3. Individualização das penas. Fases em que se desenvolve

7.4. A individualização judicial da pena privativa de liberdade. Métodos. O método adotado pela Reforma Penal

7.5. A individualização judicial das penas restritivas de direito e de multa em dias-multa: métodos

7.6. A fundamentação na individualização judicial das penas. Requisito de validade da sentença

8. Método trifásico: 1ª fase: a pena-base

8.1. A pena-base. Conceito

8.2. A pena-base. As circunstâncias judiciais e sua influência

8.3. As circunstâncias judiciais. Espécies

8.3.1. A culpabilidade

8.3.2. Os antecedentes

8.3.3. A conduta social

8.3.4. A personalidade

8.3.5. Os motivos do crime

8.3.6. As circunstâncias do crime

8.3.7. As consequências do crime

8.3.8. O comportamento da vítima

8.4. A quantificação da pena-base. Regras

8.5. Regras pretorianas. Críticas e sugestões


9.1. Considerações gerais

9.2. Espécies de agravantes

9.2.1. A reincidência

9.2.2. A motivação fútil ou torpe

9.2.3. A facilitação para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime

9.2.4. A tração, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido

9.2.5. Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum

9.2.6. Contra asceção

9.2.7. Abuso de autoridade de hospitaldização

9.2.8. Abuso de poder

9.2.9. Contra criança

9.2.10. Quando o crime

9.2.11. Omissão de desgraça pública

9.2.12. Em estado civil

9.2.13. Agravantes


9.3. Espécies de atenuantes

9.3.1. A menoridade

9.3.2. O desconhecimento

9.3.3. O motivo de oposição

9.3.4. Evitação das consequências

9.3.5. Comitimento de crime autoridade superior

9.3.6. Confissão especial

9.3.7. Comitimento de crime autoridade superior

9.4. Atenuantes inominados

9.5. Agravantes e atenuantes

9.6. Mensuração da pena

10. Método trifásico: 3ª fase

10.1. Considerações gerais

10.2. Causas especiais

10.3. Pena definitiva

10.4. Causas especiais

10.4.1. Mayorante

10.4.2. Mayorante

10.4.2.1.

10.4.2.2.

10.4.2.3.

10.4.2.4.

10.4.2.5.

10.4.2.6.

10.5. Concurso entre causas especiais

10.6. Limites das penas

11. Os regimes de execução

11.1. Considerações gerais

11.2. Espécies de regime

11.2.1. O regime

11.2.2. O regime

11.2.3. O regime

11.3. A progressão e a diminuição de regime

12. A individualização da pena
10. Método trifásico: 3ª fase. A pena definitiva

10.1. Considerações gerais
10.2. Causas especiais de aumento e qualificadoras. Distorções
10.3. Pena definitiva. Base de cálculo e ordem de incidências das causas legais
10.4. Causas especiais de aumento ou diminuição. Espécies
10.4.1. Majorantes ou minorantes em quantidade fixa. A conduta do aplicador da pena
10.4.2. Majorantes e minorantes em quantidade variável. A conduta do aplicador da pena
10.4.2.1. A minorante da tentativa. O critério do iter crinis
10.4.2.2. Concurso de crimes. A majorante do concurso formal e o critério do número de crimes ou de vítimas
10.4.2.3. O concurso de crimes. A majorante da continuidade delitiva e o critério do número de crimes
10.4.2.4. Concurso formal e continuidade delitiva versus concurso material mais benéfico. A técnica da sentença
10.4.2.5. Observações críticas sobre os critérios do iter crinis e do número de crimes ou de vítimas
10.4.2.6. A mensuração das majorantes e das minorantes em quantidades variáveis
10.5. Concurso entre causas especiais de aumento ou diminuição (Parágrafo único do art. 68)
10.6. Limites das penas. Para a quantificação e para a execução

11. Os regimes de execução das penas privativas de liberdade
11.1. Considerações gerais
11.2. Espécies de regimes de execução
11.2.1. O regime inicial fechado
11.2.2. O regime semiaberto
11.2.3. O regime aberto
11.3. A progressão e a regressão nos regimes
11.4. O regime disciplinar diferenciado

12.1. Generalidades
Introdução

Esta dissertação trata da aplicação das penas restritivas de direito, a partir do conceito de multa, assumindo a perspectiva de uma das espécies de justiça a que se refere Tóteles, que são as coisas que devem ser divididas, cidade, pois em tais coisas outra passagem, determinava excesso do ganho (o termo em certos casos — por exem Brasília, UNB, 3. ed., 1999.

Das penas e seus critérios